



Ministério da Cultura

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA  
DE LISBOA E VALE DO TEJO

# Relatório de Actividades

2009

## Índice

	Pag.
1. Introdução	2
2. Estrutura organizacional	3
3. Recursos Humanos	3
4. Recursos Financeiros	7
5. Instalações e Imóveis Afectos	9
6. Actividade desenvolvida durante 2009	10
7. Formação de Recursos Humanos	18
Anexos	19
Relatório de Auto-Avaliação / QUAR 2009	
Mapa global dos resultados da aplicação do SIADAP	
Auto-Avaliação do Prof. Doutor Luís Marques	

## 1. Introdução

No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto, e desenvolvido quanto à definição das orientações, gerais e especiais, para a reestruturação dos ministérios pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 30 de Março, o Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, preconizou a criação das Direcções Regionais de Cultura, entre as quais se contou a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo.

Por sua vez, o Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março, operou a reestruturação das delegações Regionais de Cultura do Norte, do Centro, do Alentejo e do Algarve, que passaram a designar-se Direcções Regionais de Cultura, e criou a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, definindo a natureza, a missão e as atribuições das Direcções Regionais de Cultura, enunciadas no artigo 18.º do referido Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro.

Enquanto serviços periféricos da administração directa do Estado dotados de autonomia administrativa, as Direcções Regionais de Cultura exercem as suas atribuições e competências na respectiva circunscrição territorial, correspondente ao nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, para o território continental.

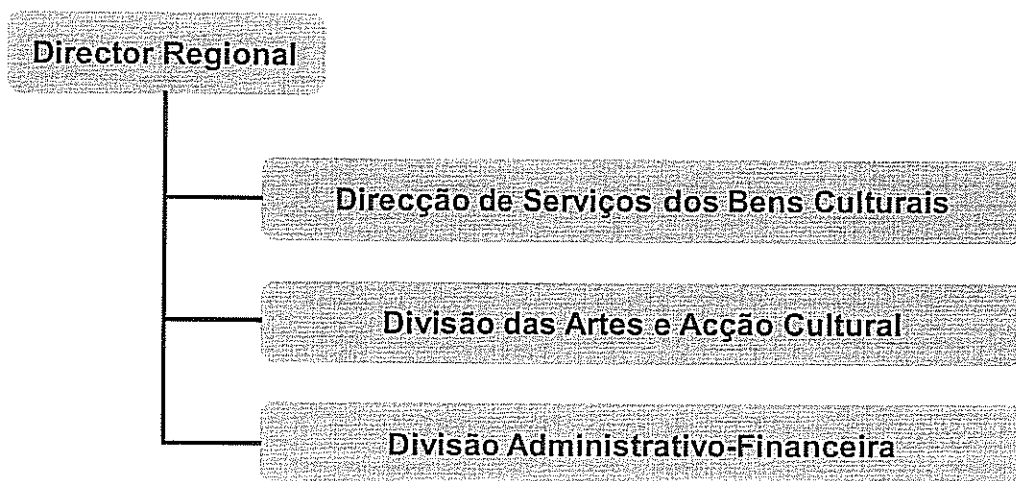
Em conformidade, a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo tem por área de actuação 51 concelhos (com um total de 526 freguesias, que representam mais de um terço da população do País – 3,5 milhões de habitantes) dos distritos de Leiria, Lisboa, Santarém e Setúbal, correspondendo a 5 Unidades Territoriais Para

Fins Estatísticos (NUTS): Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Grande Lisboa e Península de Setúbal.

**Missão:** A Direcção Regional de Cultura tem por missão, na sua área de actuação e em articulação com os organismos centrais do Ministério da Cultura, criar condições de acesso aos bens culturais, realizar o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelo Ministério da Cultura, implementar acções relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitectónico e arqueológico, e ainda prestar apoio a museus.

## 2. Estrutura organizacional

A Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo é uma estruturada hierarquizada, encontrando-se organizada do seguinte modo:



## 3. Recursos Humanos

Nesta matéria, o ano de 2009 foi marcado pela entrada em vigor de diversa legislação significativa, nomeadamente o novo Regime de Vínculos Carreiras e Remunerações da Função Pública (LVCR) e o novo Regime de Contrato de Trabalho de Funções

Públicas (RCTFP), que paulatinamente influíram no desenvolvimento da actividade da Direcção Regional de Cultura, no que respeito a Recursos Humanos.

A Direcção Regional de Cultura dispõe de um mapa de pessoal aprovado com 73 postos de trabalho previstos, conforme de seguida se discrimina:

Grupos Profissionais	N.º de Postos de Trabalho aprovados	Peso %
Dirigentes - Direcção superior	1	1,3%
Dirigente – Dirigentes intermédios	3	3,9%
Técnico Superior	45	58,4%
Coordenador Técnico	3	3,9%
Assistente Técnico	19	24,7%
Assistente Operacional	6	7,8%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100,0%</b>

Com efeitos a 1 de Janeiro de 2009 foram afectos ao mapa de pessoal trabalhadores oriundos da ex-DGEMN e do ex-IPPAR, que estiveram destacados na Direcção Regional de Cultura, durante o ano de 2008, pelo IHRU e pelo IGESPAR, passando esta instituição a ser responsável pelo pagamento dos seus vencimentos.

Tendo por base o Balanço Social, a Direcção Regional de Cultura terminou o ano de 2009 com 60 trabalhadores e 4 dirigentes, distribuídos da seguinte forma, pelas suas unidades orgânicas:

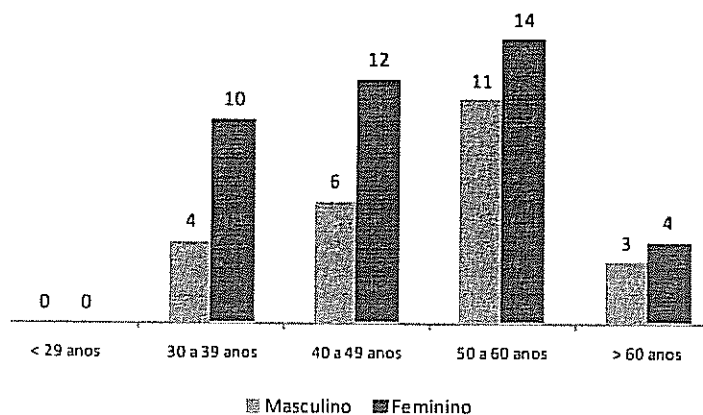
Grupos Profissionais	Total	Direcção de Serviços dos Bens Culturais	Divisão Administrativa-Financeira	Divisão das Artes e Acção Cultural
Dirigentes - Direcção superior	1	-	-	-
Dirigente – Dirigentes intermédios	3	1	1	1
Técnico Superior	36	30	2	4
Coordenador Técnico	3	0	3	0
Assistente Técnico	15	7	8	0
Assistente Operacional	6	3	3	0
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>41</b>	<b>17</b>	<b>5</b>

O grau de tecnicidade manteve-se idêntico ao ano transacto, 62,5%. Durante o ano de 2009, verificaram-se ainda os movimentos de pessoal que abaixo se assinalam:

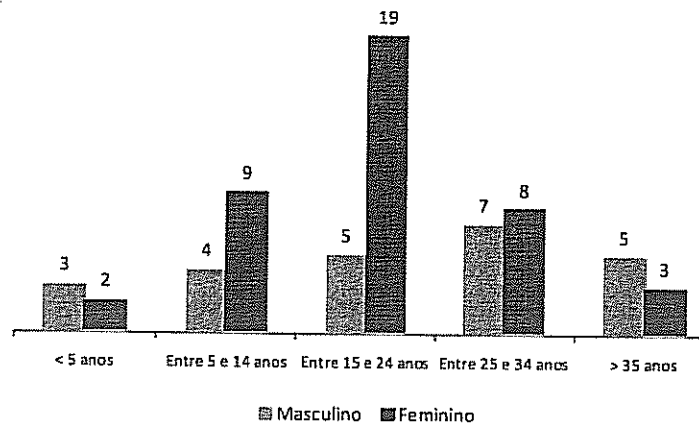
Grupos profissionais	Efektivos em 01.01.2009	Saídas			Entradas		Efektivos em 31.12.2009
		Proventos	Fim da comissão de serviço	Fim da mobilidade	Afectação / Integração	Comissão de serviço	
Dirigentes - Direcção superior	1		1			1	1
Dirigente - Dirigentes intermédios	3						3
Técnico Superior	38	1		3	2		36
Coordenador Técnico	3						3
Assistente Técnico	16	1		1	1		15
Assistente Operacional	6						6
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>64</b>

No tocante a esta área é de referir ainda a abertura de 11 procedimentos concursais comuns, para o preenchimento de lugares do mapa de pessoal libertos, tendo-se concluído com êxito 7 dos referidos concursos, fundamentalmente por trabalhadores que ocupavam os lugares em regime de mobilidade interna. Não foram, até 31 de Dezembro de 2009, concluídos os procedimentos para a admissão de dois arquitectos, um jurista e um antropólogo.

Na estrutura etária da Direcção Regional verifica-se que 50% dos seus trabalhadores têm mais de 50 anos de idade:



Quanto à antiguidade na Administração Pública, também se registam valores elevados no escalão com mais de 35 anos, conforme abaixo se discrimina, perspectivando a aposentação de um elevado número de trabalhadores nos próximos tempos:



Durante o ano de 2009 verificou-se um elevado número de dias de ausências ao trabalho, 1.713 dias, devido ao facto de diversos trabalhadores terem estado de Baixa Médica por longos períodos, apesar de não se ter registado qualquer acidente de serviço:

Grupos Profissionais	Masculino	Feminino	Total	Peso %
Dirigentes - Direcção superior	0	0	0	0,0%
Dirigente – Dirigentes intermédios	0	0	0	0,0%
Técnico Superior	405	543	948	55,3%
Coordenador Técnico	0	0	0	0,0%
Assistente Técnico	207	470	677	39,5%
Assistente Operacional	5	83	88	5,1%
<b>Total</b>	<b>617</b>	<b>1.096</b>	<b>1.713</b>	<b>100,0%</b>

#### 4. Recursos Financeiros

No tocante aos recursos financeiros a Direcção Regional de Cultura, em 2009, apesar da ligeira redução, dispôs de um orçamento de funcionamento, incluindo receitas próprias, ao nível de 2008, a que acresceu PIDDAC, conforme se discrimina no quadro infra:

Orçamento Corrigido	2008	2009	Var. % 09/08
Funcionamento	2.649.993 €	2.630.721 €	-0,7%
PIDDAC	0 €	392.605 €	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.649.993 €</b>	<b>3.023.326 €</b>	<b>14,1%</b>

O orçamento da Direcção Regional de Cultura durante o ano de 2009 recebeu reforços de funcionamento para fazer face à despesa com a participação do Ministério da Cultura para o 4.º Trimestre da Associação Música Educação e Cultura (AMEC), bem como pela inclusão do Saldo de Gerência do ano anterior.

Em contrapartida, o orçamento de PIDDAC foi corrigido em baixa, devido à reduzida execução registada no término do ano e pela necessidade de verbas em outros organismos do Ministério da Cultura, conforme de seguida se enuncia:

Orçamento	Inicial (1)	Corrigido (2)	Varição (3) = (2) - (1)	Compromissos Assumidos (4)	Pagamentos (5)	Desvio % (6) = (5) / (2)
Funcionamento						
Orçamento de Estado	2.300.000 €	2.431.238 €	131.238 €	2.393.723 €	2.391.952 €	-1,6%
Recéitas Próprias	120.000 €	199.483 €	79.483 €	118.534 €	106.102 €	-46,8%
<b>Sub-Total</b>	<b>2.420.000 €</b>	<b>2.630.721 €</b>	<b>210.721 €</b>	<b>2.512.257 €</b>	<b>2.498.054 €</b>	<b>-5,0%</b>
PIDDAC						
Fundos Nacionais	300.000 €	147.605 €	-152.395 €	13.927 €	13.927 €	-90,6%
Fundos Comunitários	245.000 €	245.000 €	0 €	0 €	0 €	-100,0%
<b>Sub-Total</b>	<b>545.000 €</b>	<b>392.605 €</b>	<b>-152.395 €</b>	<b>13.927 €</b>	<b>13.927 €</b>	<b>-96,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.965.000 €</b>	<b>3.023.326 €</b>	<b>58.326 €</b>	<b>2.526.184 €</b>	<b>2.511.981 €</b>	<b>-16,9%</b>

Verifica-se que a execução financeira do ano de 2009 apresentou um desvio total de 16,9%, onde o Orçamento de Funcionamento apresenta um desvio de 5% e o Orçamento de PIDDAC um desvio extraordinariamente forte, resultante da não execução dos projectos previstos, quer por condicionalismos internos ou externos à Direcção Regional, que passaram pelo atraso na aceitação e submissão de candidaturas, ou por projectos que não se revelaram enquadráveis nos Programas Operacionais do QREN.

A receita cobrada no ano em referência cifrou-se apenas nos 53.148 Euros, 44,3% abaixo do orçamentado (120.000 Euros), resultante não só do decréscimo da actividade económica, mas também pela não concretização de alguns projectos, que resultariam no aumento da arrecadação de receita. Outro factor que influiu nesse resultado prende-se com o sistema Casa Pronta, cujas receitas, no âmbito da prestação de serviços ao nível das certidões, não são partilhadas com as Direcções Regionais.

No que respeita à execução do Orçamento de Funcionamento, por grandes agregados económicos, verifica-se um crescimento do peso das Despesas com Pessoal, que representou 70,3% do total do executado, resultante do aumento de 41,3%, do valor executado neste agregado, conforme de seguida se discrimina:

Classificação Económica	2008	2009	Variação 08 / 09	
			em valor	em %
Despesas com Pessoal	1.242.168 €	1.755.261 €	513.093 €	41,3%
Aquisições de Bens e Serviços	528.247 €	215.513 €	-312.734 €	-59,2%
Transferências correntes	513.416 €	497.862 €	-15.554 €	-3,0%
Outras Despesas	219 €	366 €	147 €	67,1%
Despesas de Capital	196.011 €	29.053 €	-166.958 €	-85,2%
<b>TOTAL</b>	<b>2.480.061 €</b>	<b>2.498.054 €</b>	<b>17.993 €</b>	<b>0,7%</b>

## **5. Instalações e Imóveis Afectos**

A Direcção Regional, em regime de contrato de arrendamento, usufruiu do 1.º andar do n.º 69 da Avenida Infante Santo, e do 4.º andar do n.º 13 da Avenida de Berna, em Lisboa, onde se encontra parte significativa do pessoal, dispondo ainda do uso de instalações no Palácio Nacional da Ajuda, onde tem parte do seu Arquivo, relativo à Salvaguarda do Património Cultural, e de parte de um pavilhão na Avenida da Índia, onde se encontrou armazenado diverso espólio arqueológico à sua guarda.

Ainda durante o ano de 2009 a Direcção Regional solicitou junto da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura o arrendamento de um imóvel para instalação do arquivo, tendo a Secretaria-Geral encontrado no 2.º Semestre um armazém, na Rua Abílio Lopes do Rego n.º 4, para instalação do mesmo. O processo foi concluído já em 2010.

Ainda assim, torna-se premente para a Direcção Regional de Cultura proceder à instalação do serviço, num espaço que concentre o pessoal, racionalize os custos da actividade, potencie os recursos humanos, técnicos e financeiros, e garanta a maior qualidade na prestação do serviço público no âmbito da missão, das atribuições e das competências do organismo.

De referir ainda que pela Portaria n.º 829/2009, de 24 de Agosto, foram igualmente afectos 17 imóveis classificados à Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo.

## 6. Actividade desenvolvida durante 2009

A Direcção Regional de Cultura celebrou **protocolos / parcerias** com as seguintes entidades:

- Universidade de Évora;
- Gabinete de Estudos Olisiponenses;
- Etnoideia, Projecto de Desenvolvimento Rural, Lda;
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / Departamento de Antropologia.

Foram ainda realizados, no âmbito da salvaguarda do Património, protocolos / memorandos de entendimento, tripartidos entre a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, o IGESPAR e as Câmaras Municipais de Palmela, Santarém e Setúbal.

A **Divisão das Artes e Acção Cultural**, criada pelo despacho do Director Regional n.º 3353/2008, de 11 de Fevereiro, desenvolveu a seguinte actividade:

- Actualização do site da Direcção Regional, [www.cultura-lvt.pt](http://www.cultura-lvt.pt), sendo de salientar a disponibilização semanal de destaques da Agenda Cultural da Região;
- Definição e implementação de um inquérito de satisfação do site institucional;
- Implementação das Comissões de Acompanhamento e Avaliação das estruturas integradas no Programa de Apoio Sustentado às Artes do Espectáculo para o quadriénio 2009-2012;
- Realização de encontros de trabalho regulares com as 86 estruturas artísticas financiadas pelo Ministério da Cultura, bem como o acompanhamento presencial das suas actividades;

- Realização do 1º Encontro com a Comissão de Acompanhamento e Avaliação e os responsáveis autárquicos da região, onde se desenvolveram as actividades artísticas das 86 entidades apoiadas pelo Ministério da Cultura;
- Realização de 10 reuniões com as equipas de produção e gestão das 86 entidades artísticas apoiadas a fim de esclarecer dúvidas sobre o preenchimento de relatórios anuais solicitados;
- Análise dos planos de actividades, relatórios de actividades e dos relatórios de contas apresentados pelas 86 estruturas apoiadas pelo MC;
- Continuação de reuniões com os Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais da Região, no sentido da divulgação e estabelecimento de contactos referentes às actividades relacionadas com a Defesa e Salvaguarda do Património Imaterial e das Artes e Acção Cultural;
- Realização de 5 sessões de trabalho enquadradas no 1º Encontro do Património Imaterial da Região de Lisboa e Vale do Tejo, com a participação de responsáveis autárquicos de cada uma das sub-regiões;
- Continuação do levantamento de recintos e infra-estruturas existentes na RLVT adaptadas à realização de espectáculos ou outras actividades artísticas e culturais e sua inserção em base de dados
- Continuação do levantamento das Associações Culturais locais dos concelhos abrangidos pela DRCLVT e sua inserção em base de dados;
- Aprofundamento do levantamento das festividades tradicionais realizadas nos concelhos abrangidos pela DRCLVT e sua inserção em base de dados;
- Realização de trabalho de campo referente ao Património Cultural Imaterial com o registo áudio visual de diversas manifestações realizadas na região
- Elaboração de uma apresentação para a divulgação do Património Cultural Imaterial da Região de Lisboa e Vale do Tejo
- Emissão de pareceres de reconhecimento de manifesto interesse cultural de projectos enquadráveis no regime jurídico do Mecenato Cultural;
- Análise de 14 candidaturas para o Reembolso do IVA, no âmbito do Apoio ao Associativismo Cultural;

- Estabelecimento de protocolos com entidades artísticas e universitárias na prossecução de actividades de cariz cultural e de investigação nas áreas das Artes e do Património Imaterial;
- Acompanhamento da actividade da Associação Música – Educação e Cultura (AMEC), após o despacho n.º 46/MC/2008 de 02.07.2008 de Sua Excelência o Ministro da Cultura com a emissão de pareceres trimestrais sobre a actividade artística da Associação.
- Participação em procedimentos concursais para admissão de pessoal;

A Direcção de Serviços dos Bens Culturais, no âmbito das suas atribuições, desenvolveu a seguinte actividade:

- Registo em suporte papel ou informático (SIRJUE) para a DSBC de cerca de 4.933 documentos / processos;
- Elaboração de 3.686 pareceres / Informações / memorandos, pelo corpo técnico da DSBC, relativamente aos bens imóveis classificados e em vias de classificação, às respectivas áreas de protecção e imóveis nelas situados, sobre propostas, estudos e projectos para trabalhos de construção, demolição, conservação, remodelação, restauro, reutilização, criação ou transformação de zonas verdes, incluindo os que se reportem a qualquer movimento de terras ou dragagens, bem como sobre planos, projectos, trabalhos e acções de iniciativa de entidades públicas ou privadas, integrando as Comissões Técnicas de Acompanhamento, no âmbito do ordenamento do território, do ambiente, do planeamento urbanístico, do fomento turístico, e das obras públicas;
- Elaboração de ofícios nas matérias relativas à DSBC, sendo 110 referentes a matéria técnico-jurídica;
- Emissão de 4.180 certidões relativas ao direito de preferência nas transmissões onerosas, benefícios fiscais e vias sem servidão;
- Abertura de 17 novos processos de classificação e de 3 novas Zonas Especiais de Protecção;

- Elaboração de 419 tramitações relativas a todas as fases das classificações de bens culturais imóveis e da definição ou redefinição de zonas especiais de protecção (229 ofícios, 86 informações, 30 editais, 74 divulgações);
- Preparação de 7 portarias (publicadas) relativas a classificações, rectificações de classificações e desclassificações;
- Resposta a 74 reclamações de despachos emitidos relativamente às matérias do âmbito das atribuições e competências da DSBC, nomeadamente projectos de obras e classificações;
- Levantamento, diagnóstico e monitorização do estado de conservação dos imóveis afectos (continuidade do trabalho relativo aos imóveis afectos anteriormente e início do estudo dos imóveis afectos no decurso de 2009);
- Acompanhamento de obras em imóveis classificados do Estado, afectos ou não ao M.C., e ainda a imóveis de entidades privadas;
- Participação em diferentes grupos de trabalho, com as mais diferentes desideratos, sendo de destacar os que visavam:
  - i. Reformular a gestão informática (interna e externa) de dados a candidatar a fundos comunitários;
  - ii. Implementar do Museu Ibérico de Abrantes;
  - iii. Implementar o Novo Museu dos Coches (Frente Tejo, IGESPAR; IMC; CML, DRCLVT);
  - iv. Adaptar e recuperar parte do Palácio Centeno (Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa);
  - v. Adaptar de Forte de Nossa Senhora da Conceição a Escola de Hotelaria e Turismo, Setúbal;
  - vi. Revitalizar o Castelo de Almourol e Igreja do Loreto e zona envolvente, que culminou na elaboração da minuta de protocolo de colaboração entre o Exército Português, representado pela Escola Prática de Engenharia, a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, a Câmara Municipal da Chamusca e a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, para implementação de uma estratégia para a Salvaguarda, Protecção e Valorização do Castelo de Almourol e sua Área Envolvente (em fase de conclusão);

- vii. Coordenar e implementar o projecto de museologia do Museu do Vale do Cão (em parceria com o Igespar);
  - viii. Recuperar os acrotérios da Praça do Comércio (Ministérios da Agricultura e Justiça);
  - ix. Adaptar, recuperar e ampliar vários edifícios da Santa Casa Misericórdia de Lisboa, localizados em zona de servidão patrimonial;
  - x. Acompanhamento/orientação institucional do Plano Director de Intervenção na Sé Catedral (com representantes do IGESPAR; IPM; CML; Cabido da Sé de Lisboa, Direcção de Serviços dos Bens Culturais da Igreja);
- Apoio técnico ao Instituto Português dos Museus e da Conservação no âmbito de acções de recuperação do Museu de Arte Popular;
  - Participação na elaboração do Plano de Pormenor da Baixa Pombalina com a Câmara Municipal de Lisboa;
  - Participação na elaboração do Seminário Quintas e Jardins Históricos, Quinta da Piedade, promovido pela Câmara Municipal de Vila Franca Xira e apresentação de comunicação “Recuperar o Património Classificado”, em representação da DRCLVT;
  - Realização de escavações arqueológicas, nas seguintes zonas:
    - i. do Palácio Centeno, com realização de desenhos, pesquisa histórica documental, recuperação de espólio relativa à escavação e sua exposição/divulgação e comunicação pública;
    - ii. e da Igreja do Loreto com o apoio logístico da Escola Prática de Engenharia e da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha;
  - Apoio técnico à EGEAC na intervenção arqueológica e acompanhamento das obras, visando a musealização da área arqueológica da Praça Nova, no Castelo de S. Jorge;
  - Organização, limpeza, catalogação, identificação e acondicionamento do espólio de materiais provenientes de intervenções arqueológicas da responsabilidade da DRCLVT ou de entidades externas, com vista à

- transferência do depósito da Avenida da Índia para outros espaços de armazenagem;
- Participação nas comissões tripartidas com a Câmara Municipal de Lisboa e Santarém e o IGESPAR, IP, tendo em vista a agilização da apreciação dos projectos a realizar em zonas de servidão do património cultural;
  - Representação da DRCLVT nas mais diversas entidades, nomeadamente na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e no Concelho da Prevenção da Corrupção;
  - Elaboração dos Planos Directores de Intervenção da Sé Catedral e Intervenção Prioritária na Torre Norte do referido monumento, este último pronto para ser financiado ao abrigo do “Cheque-Obra”;
  - Relativamente ao Arco da Rua Augusta, são de destacar a:
    - i. Elaboração dos projectos de recuperação, acessibilidades, iluminação, dinamização e cadernos de encargos relativo às obras de recuperação e restauro do exterior do Arco da Rua Augusta (em parte a financiar pela Frente Tejo);
    - ii. Pesquisa histórica e elaboração do guião da exposição - O Arco Triunfal da Rua Augusta;
    - iii. Projecto de conclusão do restauro do Relógio “Novo” (anteriormente financiado pelo Torres Joalheiros), de colocação no nicho (com o objectivo de libertar a sala) e projecto de colocação do mecanismo antigo num dos nichos/vitrina (negociações com a Torres Joalheiros e Sr. Cousinha);
    - iv. Apresentação do projecto do ARA - Arco Rua Augusta ao IGESPAR, à CML, ao Turismo de Portugal, e ao MUDE, tendo em vista a sua validação e financiamento;
  - Relativamente à Igreja de São Vicente de Fora:
    - i. Acompanhamento técnico das obras de recuperação e restauro da Igreja;
    - ii. Elaboração da candidatura da Igreja ao financiamento da Eficiência Energética dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação;

- iii. Elaboração de levantamento, estudo, pesquisa de soluções tendo em vista a substituição da caixilharia existente (degradada);
- Preparação de candidaturas ao QREN, das obras na Igreja de Santa Clara, em Santarém e do Palácio de Manique do Intendente;
  - Exposição Lisboa Ribeirinha – Século XVI –, tendo como base o espólio arqueológico proveniente da escavação do Corpo Santo (obras do metro):
    - i. Elaboração do guião completo (proposta de conceito e percurso expositivo, criação e desenho técnico de equipamento) e recuperação das peças arqueológicas a integrar a exposição;
    - ii. Proposta de Mecenato para viabilização da Exposição "Lisboa Ribeirinha - Século XVI" (*composta por formatação e paginação do texto fornecido e valorização da proposta de mecenato com fotografias representativas*);
  - Realização de formação interna aos assistentes técnicos na área do CAD (para a delimitação de Zonas Especiais de Protecção) e na área da pesquisa / localização cartográfica de imóveis (para a avaliação de servidão patrimonial com vista ao preenchimento das certidões de direito de preferência);
  - Reforço do apoio técnico diário, às solicitações dos requerentes;
  - Participação em processos que se encontram nos tribunais administrativos – acompanhamento de todas as fases processuais;
  - Participação em procedimentos concursais para admissão de pessoal;
  - Análise e elaboração de documentação técnico-jurídica referente a empreitadas a promover pela DRCLVT;
  - Elaboração / revisão / rectificação de minutas de diversos acordos, memorandos de entendimento e outros textos protocolares de colaboração com entidades públicas e privadas;
  - Colaboração com os Gabinetes do Titulares da Pasta da Cultura, na elaboração de normas técnicas que integraram diplomas governamentais;
  - Elaboração de documentos técnicos / levantamentos para fundamentação de respostas à Assembleia da República e a outras Entidades Públicas e Privadas, solicitadas pelo Gabinete de Sua Excelência a Secretária de Estado da Cultura.

- Apoio nas várias valências técnicas, às 51 Autarquias da área de actuação da DRCLVT, a outras Entidades Públicas e Privadas bem como a Associações, na gestão patrimonial de bens abrangidos pela Lei do Património Cultural (salvaguarda, obras e arqueologia);

A **Divisão Administrativo-Financeira** criada pelo despacho do Director Regional n.º 3353/2008, de 11 de Fevereiro, composta por duas secções, a Secção de Arquivo e Expediente (SAE) e a Secção de Contabilidade e Recursos Humanos (SCHR), desenvolveu a seguinte actividade:

- Registo de 5.804 entradas e expedidos 3.970 officios;
- Cobrança de receitas referentes aos direitos de preferências, através da emissão de certidões;
- Atendimento permanente ao público, nas diversas vertentes de contacto (presencial, telefónico, informático, etc.);
- Processamento mensal na aplicação SRH de vencimentos, ajudas de custo, trabalho extraordinário, verificação de assiduidade, comunicação de descontos e penhoras;
- Gestão dos processos individuais e resposta às solicitações dos trabalhadores;
- Lançamento e acompanhamento de 11 procedimentos concursais comuns;
- Acompanhamento dos processos de avaliação dos anos de 2007, 2008 e 2009;
- Reposicionamento dos trabalhadores da DRCLVT na nova tabela remuneratória das carreiras gerais, de acordo com a Portaria n.º 1553-C/2008;
- Acompanhamento da execução do Orçamento da Direcção Regional, tendo para o efeito sido realizadas 57 alterações orçamentais, 498 registos de cabimentos, 506 registos de compromissos, 712 registos de pagamentos, 21 Pedidos de Libertações de Crédito (PLC), 381 Pedidos de Autorização de Pagamento e 10 guias de reposição abatidas;
- Remessa e conferência mensal dos balancetes de execução orçamental à Secretaria-geral e 6ª delegação da DGO;
- Inserção de elementos bancários referente a fornecedores da DRCLVT;

- Constituição de processos e pagamento de penhoras de vencimentos e rendas objecto de notificação da DGCI;
- Lançamento de diversos procedimentos aquisitivos ao abrigo dos Acordos Quadro da Agência Nacional de Compras Públicas, tendo-se procedido à emissão de 87 requisições relativas à adjudicação de bens e serviços, das quais 13 decorreram através da aplicação on-line Bizdirect;
- Elaboração de um regulamento do Fundo de Maneio, respectivo controlo de verbas e liquidação do Fundo de Maneio;
- Carregamento do Orçamento de Funcionamento aprovado e registo da proposta de Orçamento de Funcionamento e Investimento para 2010;
- Controlo e execução do orçamento de Receita, nomeadamente através de registos no SIC (de emissão e cobrança de guias de receita, inscrição de créditos especiais) e no Homebanking;
- Levantamento das necessidades dos bens a indicar à Unidade Ministerial de Compras do Ministério e participação em 9 procedimentos centralizados no Ministério;
- Fornecer informação a entidades do Ministério e Outros Serviços.

## **7. Formação de Recursos Humanos**

A Direcção Regional, dentro das suas possibilidades financeiras, providenciou e permitiu a realização de auto-formação ou acções de formação aos seus trabalhadores, de forma a enriquecer e potenciar o desenvolvimento das competências dos seus recursos humanos.

Tendo sido abrangidos 35 trabalhadores (55% do universo de 2009) que frequentaram 74 acções de formação, seminários, congressos ou outros eventos formativos, totalizando 957 Horas, correspondendo, em média 27 Horas de formação frequentadas ao longo do ano.



Ministério da Cultura

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA  
DE LISBOA E VALE DO TEJO

## ANEXOS

## RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO QUAR 2009

De acordo com o previsto no artigo 15.º da Lei 66-B/2007, de 27 de Dezembro, tendo sido auscultados os dirigentes intermédios em funções durante o ano de 2009, procedeu-se à análise do grau de execução dos objectivos propostos em sede de QUAR e aprovados pela Tutela.

### 1. Avaliação do Grau de cumprimento dos Objectivos Operacionais

#### Objectivos de Eficácia

Objectivo operacional	Indicador	Meta	Concretização					Obs.	
			Resultado	Classificação			Desvio		
				Superou	Atingido	Não Atingido			
1	Implementar uma base de dados respeitante ao património classificado e em vias de classificação, com disponibilização on-line	Tempo para a conclusão dos termos de referência da base de dados (dias)	330	210	x			36,4 %	*

(\*) A DRCLVT disponibilizou no início do 2.º Semestre de 2009, no seu site, uma base de dados respeitante ao património classificado e em vias de classificação, não tendo sido possível manter a mesma actualizada.

Objectivo operacional	Indicador	Meta	Concretização					Obs.	
			Resultado	Classificação			Desvio		
				Superou	Atingido	Não Atingido			
2	Implementar duas actividades relacionadas com o apoio às artes e acção cultural	Tempo para a implementação das actividades (dias)	330	300	x			9,1%	*

(\*) Até ao final de Outubro foram implementadas as Comissões de Acompanhamento e Avaliação, relativamente às actividades das estruturas apoiadas pelo Ministério da Cultura, através da DGArtes, bem como proposta a elaboração do projecto "Roteiros do Imaterial" com a colaboração do Turismo de Portugal e dinamizada a realização do 1.º Encontro do Património Imaterial da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que envolveu as Câmaras Municipais da Região.

Objectivo operacional	Indicador	Meta	Concretização					Obs.	
			Resultado	Classificação			Desvio		
				Superou	Atingido	Não Atingido			
3	Reforçar o número de Parcerias / Protocolos com entidades públicas ou privadas nos âmbitos de actuação desta DRCLVT	Número de Parcerias / Protocolos celebrados	4	6	x			50%	*

(\*) Foram realizados Protocolos/Parcerias com as seguintes entidades: Universidade de Évora, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Etnoideia, Projecto de Desenvolvimento Rural, Lda e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / Departamento de Antropologia. Foram ainda realizados Protocolos para a Reabilitação de Centros Históricos entre a DRCLVT, o IGESPAR e as Câmaras Municipais de Palmela e Santarém.

Objectivo operacional	Indicador	Meta	Concretização					Obs.	
			Resultado	Classificação			Desvio		
				Superou	Atingido	Não Atingido			
4	Criar um sistema de gestão aplicado a cada monumento afecto à DRCLVT	Número de monumentos afectos contemplados	5	10	x			100,0 %	*

(\*) A DRCLVT procedeu à nomeação de grupos de trabalho para a definição do referido sistema de gestão, encontrando-se os monumentos a ser monitorizados quanto aos custos associados a cada um deles.

### Objectivos de Eficiência

Objectivo operacional	Indicador	Meta	Concretização					Obs.	
			Resultado	Classificação			Desvio		
				Superou	Atingido	Não Atingido			
5	Reduzir a despesa corrente com a aquisição de bens em 7,5% (valor 2008: 34,319,61 Euros)	Diminuir em 7,5% a despesa com aquisições de bens face a 2008	7,5 %	33,1%	x			341,3 %	*

(\*) O valor dos compromissos registados foi de 22.952 Euros, verificando-se uma redução face ao valor de 2008 de 33,1%.

Objectivo operacional	Indicador	Meta	Concretização					Obs.	
			Resultado	Classificação			Desvio		
				Superou	Atingido	Não Atingido			
6	Melhorar o desempenho na gestão do circuito da informação, diminuindo o tempo médio de emissão de pareceres (valor estipulado na legislação em vigor)	Tempo de redução, face ao tempo médio de 2008 (dias)	3	6,2	x			106,7 %	*

(\*) O tempo médio de emissão de pareceres passou de 30,3 dias, em 2008, para 24,1 dias, em 2009, registando-se uma redução de 6,2 dias.

### Objectivos de Qualidade

Objectivo operacional	Indicador	Meta	Concretização					Obs.	
			Resultado	Classificação			Desvio		
				Superou	Atingido	Não Atingido			
7	Avaliar o grau de satisfação do público, relativamente aos conteúdos do website	Grau de Satisfação Positiva	>50 %	92,5%	x			85%	*

(\*) O questionário disponibilizado na página electrónica da DRCLVT obteve um grau de satisfação por parte dos seus visitantes de 92,5%, apesar do reduzido número de visitantes ao longo do ano de 2009.

Objectivo operacional	Indicador	Meta	Concretização					Obs.	
			Resultado	Classificação			Desvio		
				Superou	Atingido	Não Atingido			
8	Concepção e monitorização dos indicadores de desempenho das unidades homogéneas (imóveis afectos), de forma a garantir a sua comparabilidade	Total das unidades homogéneas afectas ao serviço com funcionários	100 %	100%		x		0,0%	*
	Nº de dias para a definição dos indicadores de desempenho	180	150	x			16,7 %		

(\*) Foram definidos dois indicadores para os imóveis com funcionários (2 Imóveis), com os quais se procurou monitorizar o seu desempenho a partir de Maio.

## 2. Recursos Humanos

Grupos Profissionais	Previstos	Realizados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	1	1	0,0%
Dirigente – Dirigentes intermédios	3	3	0,0%
Técnico Superior	42	36	-14,3%
Coordenador Técnico	3	3	0,0%
Assistente Técnico	18	15	-16,7%
Assistente Operacional	5	6	20,0%
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>64</b>	<b>-11,1%</b>

Verificaram-se dificuldades no recrutamento de novos efectivos para algumas áreas, quer devido à inexistência na Administração Pública de recursos humanos especificamente qualificados, nomeadamente nas novas áreas, quer pela recusa na saída de elementos por parte dos seus serviços de origem, bem como, pela demora ou não concretização dos procedimentos concursais previstos.

## 3. Execução Financeira

Orçamento	Inicial (1)	Corrigido (2)	Varição (3) = (2) - (1)	Compromissos Assumidos (4)	Pagamentos (5)	Desvio % (6) = (5) / (2)
Orçamento de Estado	2.300.000 €	2.431.238 €	131.238 €	2.393.723 €	2.391.952 €	-1,6%
Funcionamento	120.000 €	199.483 €	79.483 €	118.534 €	106.102 €	-46,8%
<b>Sub-Total</b>	<b>2.420.000 €</b>	<b>2.630.721 €</b>	<b>210.721 €</b>	<b>2.512.257 €</b>	<b>2.498.054 €</b>	<b>-5,0%</b>
Fundos Nacionais	300.000 €	147.605 €	-152.395 €	13.927 €	13.927 €	-90,6%
PIDDAC	245.000 €	245.000 €	0 €	0 €	0 €	-100,0%
<b>Sub-Total</b>	<b>545.000 €</b>	<b>392.605 €</b>	<b>-152.395 €</b>	<b>13.927 €</b>	<b>13.927 €</b>	<b>-96,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.965.000 €</b>	<b>3.023.326 €</b>	<b>58.326 €</b>	<b>2.526.184 €</b>	<b>2.511.981 €</b>	<b>-16,9%</b>

Globalmente considerada, a execução financeira do ano de 2009 ficou aquém do expectável. Embora a taxa de execução do Orçamento Funcional se cifre nos 95%, e possa ser considerada boa, registou-se um reduzido montante cobrado, 53.148€ (44,3% do previsto inicialmente). Relativamente ao nível das receitas próprias, espera-

se a transição de um saldo para 2010 de 34.705 Euros. No tocante ao Orçamento de PIDDAC, a respectiva execução foi de 3,5%, fortemente influenciada pelos seguintes aspectos:

- Os projectos de **Recuperação do Palácio do Manique do Intendente** e da **Primeira Intervenção na Igreja de Santa Clara – Santarém** foram apresentados em 15.06.2009 ao INAlentejo, foram aceites em Agosto e apenas em Novembro foram aprovados, como tal, não foi possível avançar com as obras previstas;
- No âmbito do projecto **Formação nas áreas técnicas do Património e das Artes**, foram apresentadas duas candidaturas ao POPH, que não foram aceites, por não terem enquadramento no Regulamento Específico a que se apresentaram, não tendo sido executados os montantes previstos;
- Quanto ao projecto da **Digitalização dos processos de Salvaguarda e Obras do Workflow Interno da DRCLVT**, a Direcção Regional não preparou uma candidatura própria e ficou à espera da apresentação de uma candidatura conjunta por parte do Ministério da Cultura, o que veio a inviabilizar a execução das verbas previstas.

#### 4. Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Da aplicação do questionário remetido pelo GPEARl, verifica-se que existem sérias lacunas no Sistema de Controlo Interno, motivadas sobretudo pela inexistência de normalização de procedimentos, carência em parte resultante do facto da recente criação do organismo no âmbito do PRACE. Pelo que se torna necessário providenciar um plano de acção no sentido de elevar o grau de fiabilidade do Sistema de Controlo Interno, que passa nomeadamente por:

- Implementar manuais de procedimentos;
- Efectuar rotação dos trabalhadores em determinadas áreas críticas;
- Elaborar o plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e proceder à sua monitorização;
- Garantir a realização de Backups da informação, em locais diferentes às suas instalações físicas;

## **5. Medidas de Melhoria**

A Direcção Regional assume como natural e desejável o aprofundamento reflectido, sistemático e eficaz de um percurso que conduza à melhoria do desempenho organizacional, o que constitui um desafio nevrálgico para o organismo, no sentido de se apresentar ao público como um serviço moderno, eficiente e de qualidade. A Direcção Regional propôs-se lançar uma série de iniciativas que visam melhorar, divulgar e projectar a actividade desta instituição e que se acham plasmadas nos documentos de gestão para 2010, QUAR e Plano de Actividades.

## **6. Avaliação Final**

Assim, considerando o grau de cumprimento dos objectivos propostos em sede do QUAR, apesar do seu relativo nível de exigência e o exposto na alinha a) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei 66-B/2007, de 28 de Dezembro, mas tendo em conta que a actividade da Direcção Regional se encontra fortemente polarizada em torno da Salvaguarda do Património Cultural (com um índice processual extraordinário), o desempenho da Direcção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, para o ano de 2009, poderá ser considerado de BOM, tendo em conta que dos nove indicadores de monitorização dos objectivos operacionais contratualizados, foram superados oito e atingido um.

### Mapa global dos resultados da aplicação do SIADAP - 2009

Mensões	Categories	SIADAP 3			Totais	Peso
	SIADAP 2	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais		
Desempenho Excelente	1	1	1	0	3	4,7%
Desempenho Relevante	0	8	3	2	13	20,3%
Desempenho Adequado	4	25	12	4	45	70,3%
Desempenho Inadequado	0	1	0	0	1	1,6%
Não Avaliados	0	2	0	0	2	3,1%
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>37</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>64</b>	

Não foram avaliados 2 trabalhadores por não terem tido, nos termos legais, seis meses de contacto funcional, devido a doença prolongada.

Recorreram à Comissão Paritária 5 Técnicos Superiores e 1 Assistente Técnico, tendo as avaliações de desempenho sido homologadas pelo dirigente máximo do serviço em 31.03.2010. Do despacho de homologação foram, nos prazos legais, apresentadas duas reclamações.

Ministério da Cultura	
Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo	
N.º DE INSCRIÇÃO: 243 H	DATA: 2010.01.15
C.º: 647591	
PROC.º: _____	



**Assunto: Autoavaliação do QUAR de 2009, reportado a 30.11.2009**

No âmbito do Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADAP 1), a avaliação do desempenho dos serviços assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), onde se evidenciam os objectivos, indicadores de desempenho, resultados alcançados e meios disponíveis, no normal desempenho do serviço, tornando-se este, assim, num importante instrumento no ciclo de gestão do organismo, somente interrompido pela cessação da comissão de serviço em 30.11.2009.

Findo o período parcial da comissão de serviço, importa agora assinalar os constrangimentos e os resultados atingidos pela Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, de acordo com o previsto no QUAR 2009.

Como principais constrangimentos à actividade, posso assinalar os seguintes:

1. Recursos Humanos;
2. Instalações;
3. Recursos Financeiros.

Conforme já foi referido anteriormente, a DRCLVT criada pelo Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março, nos termos do art. 10.º alinha c), "herdou" um conjunto de técnicos oriundos do ex-IPPAR e da ex-DGEMN com elevada experiência no âmbito do património imóvel (arquitectos, engenheiros, historiadores e arqueólogos). No entanto, os objectivos e a actividade da DRCLVT, estendem-se para além desta valência, nomeadamente, no tocante à museologia, ao património cultural imaterial (reforçada com a recente saída do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho) e às artes (seja através das Comissões de Acompanhamento e Avaliação das entidades artísticas financiadas pelo MC, seja no apoio às organizações não profissionais que actuam neste domínio na região de Lisboa e Vale do Tejo).

Verificaram-se dificuldades no recrutamento de novos efectivos para estas áreas nucleares, quer devido à inexistência na Administração Pública de recursos humanos especificamente qualificados para o efeito, quer pela recusa na saída de funcionários por parte dos seus respectivos serviços de origem ou pela prolongada demora que a tramitação dos procedimentos concursais acarretou.

Igualmente deve referir-se que a actividade quotidiana da DRCLVT se desenvolveu com os seus trabalhadores dispersos por vários espaços: Av. Infante Santo, Av. Berna, Av. da Índia e Palácio da Ajuda.

Esta dispersão por estes distanciados espaços da cidade, originou um acréscimo de custos e um aumento de ineficiências no normal funcionamento desta recém-criada instituição, com o consequente desgaste para funcionários e dirigentes, que passaram parte do seu dia em deslocações entre os diferentes locais ocupados pela DRCLVT.

A DRC manteve, ainda assim, a sua determinação em juntar os serviços num único lugar, cf. menciona a esse propósito, documentação diversa. Tendo em conta o interesse público (e enquanto não se conseguiram instalações mais desafogadas) foi possível programar o arrendamento de um

armazém para colocação do arquivo, bem como a concentração do pessoal na Av. I. Santo, com a consequente mais valia funcional e a redução muito significativa das despesas anuais. Para tal vieram a cumprir-se as formalidades legais respeitantes ao mencionado aluguer situado nas proximidades, o que estava prestes a concretizar-se nesta data.

No tocante aos constrangimentos financeiros é de referir que o plafond de funcionamento de 2009, apenas cobria dois meses de funcionamento, existindo um deficit de cerca de 120 mil euros, situação acautelada, com um pedido de reforço à tutela para pagamento da Associação Musica Educação e Cultura (AMEC).

Analizado o grau de execução e de cumprimento dos objectivos propostos no QUAR de 2009, aprovado pela Tutela em 16.03.2009 e disponibilizado no site da DRCLVT: [www.cultura-ivt.pt](http://www.cultura-ivt.pt), verifica-se que:

Objectivo Operacional n.º 1 - Implementar uma base de dados respeitante ao património classificado e em vias de classificação, com disponibilização on-line.

**Indicador:** Tempo para a conclusão dos termos de referência da base de dados (dias)

**Meta:** 330 dias.

**Objectivo Superado**

A DRCLVT disponibilizou até esta data, no seu *site*, uma base de dados respeitante ao património classificado e em vias de classificação.

Objectivo Operacional n.º 2 - Implementar duas actividades relacionadas com o apoio às artes e acção cultural

**Indicador:** Tempo para a implementação das actividades (dias)

**Meta:** 330 dias.

**Objectivo Superado.**

Foram criadas as Comissões de Acompanhamento e Avaliação, relativamente às actividades das estruturas profissionais apoiadas pelo Ministério da Cultura, através da DGArtes.

Foi promovido o 1.º Encontro do Património Cultural Imaterial da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Por intermédio da identificação das várias expressões do património intangível, tem vindo a ser constituído o Atlas do Património Cultural Imaterial da RLVT. Esta cartografia que já permite uma

melhor caracterização identitária da região — apesar de continuar em gestação — tem proporcionado a elaboração cada vez mais rigorosa e actualizada dos chamados «Roteiros do Imaterial».

Foi realizado um projecto de intervenção artístico-cultural em alguns dos monumentos mais emblemáticos da região e que se encontram sob a responsabilidade desta Direcção Regional de Cultura, nomeadamente o Arco da Rua Augusta, que contou com o apoio expresso do Turismo de Portugal (25.000 € para a realização de dez concertos, estimando-se que estes ali sejam realizados no mais curto espaço de tempo).

**Objectivo Operacional n.º 3 - Reforçar o número de Parcerias/Protocolos com entidades públicas ou privadas nos âmbitos de actuação desta DRC**

**Indicador:** Número de Parcerias/Protocolos celebrados

**Meta:** 4

**Objectivo Superado**

Foram estabelecidos protocolos com as seguintes entidades:

- Universidade de Évora
- Gabinete de Estudos Orlisiponenses – Câmara Municipal de Lisboa
- Etnoideia, Projecto de Desenvolvimento Rural, Lda.
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Departamento de Antropologia

**Objectivo Operacional n.º 4 - Criar um sistema de gestão aplicado a cada monumento afecto à DRCLVT**

**Indicador:** Número de monumentos afectos contemplados

**Meta:** 5

**Objectivo Superado**

A DRCLVT procedeu à criação de grupos de trabalho interdisciplinares visando a definição do referido sistema de gestão, encontrando-se neste momento todos os monumentos a ser monitorizados quanto aos custos associados a cada um deles, conforme poderá ser verificado pela DSBC.

**Objectivo Operacional n.º 5 - Reduzir a despesa corrente com a aquisição de bens em 7,5% (valor 2008: 34.319,61 Euros)**

**Indicador:** Diminuir em 7,5% a despesa com aquisições de bens face a 2008

**Meta:** 7,5%

**Objectivo Superado**

Tendo em conta 11/12 do valor de 2008 e o valor dos compromissos registados até esta data 21.825 Euros, verifica-se uma poupança de 30,6%, face ao valor registado em 2008, conforme poderá ser verificado na DAF.

**Objectivo Operacional n.º 6 - Melhorar o desempenho na gestão do circuito da informação, diminuindo o tempo médio de emissão de pareceres (valor estipulado na legislação em vigor)**

**Indicador:** Tempo de redução, face ao tempo médio de 2008 (dias)

**Meta:** 3 dias

**Objectivo Superado**

Valor médio de 2008 - 30,3 dias;

Valor médio de 2009 - 24,1 dias;

Registou-se, assim, uma redução de 6,2 dias, conforme informação interna da DRC.

**Objectivo Operacional n.º 7 -- Avaliar o grau de satisfação do público, relativamente aos conteúdos do website**

**Indicador:** Grau de Satisfação Positiva

**Meta:** > 50%

**Objectivo Superado**

O questionário, disponibilizado na página electrónica da DRCLVT obteve um grau de satisfação superior a 85%, conforme poderá ser verificado junto da DAAC.

DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO

**Objectivo Operacional n.º 8 – Conceção e monitorização dos indicadores de desempenho das unidades homogéneas (imóveis afectos), de forma a garantir a sua comparabilidade**

**Indicador 1:** Total das unidades homogéneas afectas ao serviço com funcionários

**Meta:** 100%

**Objectivo Cumprido**

**Indicador 2:** Nº de dias para a definição dos indicadores de desempenho

**Meta:** 180 dias

**Objectivo Cumprido**

Foram definidos um conjunto de indicadores para os imóveis afectos com funcionários, para monitorizar o seu desempenho, encontrando-se os mesmos a ser implementados pela DSBC.

**Recursos Humanos**

Previstos 72 efectivos para 2009, nesta data encontravam-se em funções 66 efectivos, estando prevista a aposentação de um Informático e de uma Assistente Técnica a partir de 01.12.2009.

Dos 11 procedimentos concursais comuns abertos, foram já concluídos com êxito 9 respeitantes à DAF e à DAAC.

**Execução Orçamental**

UM: Euros

Rubricas	Orçamento Corrigido de 2009	Orçamento Corrigido 2009		Cabimentos		Saldo Disponível		Taxa de Execução	
		Orç. Estado	Recetas Próprias	Orç. Estado	Recetas Próprias	Orç. Func.	Recetas Próprias	Orç. Func.	Recetas Próprias
Total do Pessoal	1.830.011	1.800.800	81.603	1.523.771	10.167	177.029	71.436	90,2%	12,5%
Total das Aquisições de Bens e Serviços	332.762	129.210	117.160	116.189	110.953	13.021	6.207	89,9%	94,7%
Transferências correntes - Inst s/ins Lucrativos a)	478.700	378.630	0	378.625	0	5	0	100,0%	
Impostos e taxas	1.000	0	720	0	510	0	210		70,0%
ADQUIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	62.100	3.360	0	3.123	0	237	0		
<b>Total do Orçamento Funcionamento</b>	<b>2.704.573</b>	<b>2.312.068</b>	<b>199.483</b>	<b>2.121.708</b>	<b>121.630</b>	<b>190.292</b>	<b>77.853</b>	<b>91,8%</b>	<b>61,0%</b>

a) Inclui em 2009 um reforço para pagamento da ANEC de cerca de 470 mil euros e regista um défice de cerca 120 mil Euros em 2009

Ao nível da Receita, verifica-se uma baixa taxa de execução, situando-se esta em cerca de 33% do valor previsto para 2009. De referir ainda que foi aprovado o crédito especial de 84.482 Euros, fundamental para suportar a normal actividade da Direcção Regional de Cultura.



Ministério da Cultura

DIRECÇÃO REGIONAL  
DE CULTURA DE LISBOA  
E VALE DO TEJO

Relativamente aos projectos de PIDDAC, a baixa execução registada deve-se a causas exógenas à DRCLVT, sendo de referir que:

- Relativamente aos dois projectos *Recuperação do Palácio do Manique do Intendente (6698)* e *Intervenção na Igreja de Santa Clara, em Santarém (6700)*, estes foram apresentados em 15.06.2009. Estas duas candidaturas integradas no PORAlentejo vieram a ser aceites em Agosto, tendo sido recebida a comunicação da aprovação dos respectivos financiamentos comunitários muito recentemente (9 de Novembro);
- No tocante ao projecto *Formação nas áreas técnicas do Património e das Artes (6696)*, foram apresentadas duas candidaturas ao POPH. No entanto, as mesmas não foram aceites, por não terem enquadramento na modalidade de acesso ao Regulamento Específico da Tipologia 3.3 do Eixo 3, não se prevendo qualquer execução dos mesmos para 2009;
- No que respeita ao projecto *Digitalização dos processos de Salvaguarda e Obras do Workflow Interno da DRCLVT (6695)*, este ficou pendente da apresentação de uma candidatura conjunta por parte do Ministério da Cultura.

Finalmente, tendo em atenção o exposto, considero que o desempenho da Direcção Regional da Cultura, até à cessação das minhas funções, foi EXCELENTE, dado que os objectivos previstos para 2009 foram, não só atingidos, mas principalmente, porque na sua maioria, foram já superados.

Lisboa, 30 de Novembro de 2009

O Director Regional de Cultura

Luís Marques